

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 529.544 - PR (2019/0254213-2)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : RAFAEL DO PRADO
ADVOGADO : RAFAEL DO PRADO - PR050061
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MARCELO GARCIA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de MARCELO GARCIA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Paraná que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 263):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ARTS. 33, CAPUT, E 35, CAPUT, DA LEI 11.343/06). DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE DEFERIDO EM SENTENÇA. POSTERIOR DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. TESES DE ILEGALIDADE NO DECRETO PRISIONAL E DE DESRESPEITO À SEGURANÇA JURÍDICA. NÃO OCORRÊNCIA. POSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA EM QUALQUER FASE DO PROCESSO PENAL, DESDE QUE PRESENTES RAZÕES QUE A JUSTIFIQUEM, COMO NO CASO. EXEGESE DOS ARTS. 282, § 5º, 311 E 316 DO CPP. PROVA DA EXISTÊNCIA DOS CRIMES E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. DECRETO PREVENTIVO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E COMPATÍVEL COM A CONDENAÇÃO A MAIS DE 20 ANOS DE RECLUSÃO, EM REGIME INICIAL FECHADO (EM GRAU DE APELAÇÃO). GRAVIDADE CONCRETA DAS CONDUTAS. RÉU MULTIRREINCIDENTE. PERICULOSIDADE DO AGENTE E RISCO REAL DE REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA

O paciente foi condenado, em 20/2/2018, pela prática dos crimes de tráfico de drogas, por duas vezes, e associação para o tráfico, em concurso material, à reprimenda total de 20 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, além de 2.642 dias-multa, tendo-lhe sido concedido o direito de recorrer em liberdade.

Posteriormente, em 13/6/2019, o Juízo primevo acolheu pedido do Ministério Público para decretar a prisão preventiva do paciente.

O impetrante argumenta violação do princípios do devido processo legal, segurança jurídica, contraditório, ampla defesa e isonomia, uma vez que o acolhimento do pedido do Ministério Público, sem justa causa, altera

Superior Tribunal de Justiça

entendimento favorável ao paciente no sentido de lhe garantir o direito de recorrer em liberdade contido em decisão prolatada em fevereiro de 2018, verificando-se ausência de contemporaneidade dos fundamentos do decreto prisional.

Nesse sentido, requer, em síntese, a revogação da prisão preventiva do ora paciente.

Na origem, a Ação Penal n. 0003286-42.2016.8.16.0086, encontra-se em fase de apelação, consoante informações prestadas pelo Tribunal *a quo* (fls. 298/304) e informações processuais eletrônicas disponibilizadas no *site* do Tribunal de origem, consultadas em 2/10/2019.

A liminar foi indeferida (fls. 290/294).

As informações foram prestadas (fls. 298/304).

O Ministério Público Federal ofertou parecer manifestando-se pela denegação da ordem (fls. 307/313).

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional está assim fundamentado (fls. 20/22):

Na sentença condenatória de mov. 1.365, houve a condenação de vários réus nos presentes autos, dentre eles, o réu MARCELO GARCIA, pela prática dos crimes de associação para o tráfico de drogas (1º Fato); tráfico de drogas, por duas vezes (4º e 10º Fatos), às penas cuja soma totalizaram 20 (vinte) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e 2.642 (dois mil, seiscentos e quarenta e dois) dias-multa, em regime fechado.

Na oportunidade, foi concedido a ele o direito de recorrer em liberdade, Vez que respondeu a parte do processo solto e por não estarem presentes, por ora, os requisitos da custódia cautelar".

Contudo, nota-se que tal decisão foi baseada em premissa equivocada, pois fato é que o réu MARCELO GARCIA está preso preventivamente pelos fatos relacionados aos presentes autos e pelos quais foi denunciado e condenado, respondendo ao processo quase que integralmente preso.

Isso porque a sua prisão preventiva foi decretada, em 10.08.2016, nos autos n. 0001267-63.2016.8.16.0086 (mov. 86.1), para a garantia da ordem pública.

Na decisão que decretou a prisão preventiva do réu MARCELO GARCIA, vulgo "gigante", destacou-se que ele "é negociador, vendedor de drogas e envolvido com furtos e roubos de veículos que são trocados por drogas nesta cidade de Guaíra/PR; que CARLOS HENRIQUE LEITE CAMPOS também é negociador, vendedor de drogas e responsável por transporte de

Superior Tribunal de Justiça

veículos furtados e/ou roubados, e que FABIANO MORAES, vulgo "Sabão", também se associou a "Naldinho" para a comercialização de drogas" e que faz do tráfico de drogas o seu meio de vida.

Como destacado naquela decisão, ainda, ele integrava uma nova organização criminosa dedicada ao tráfico de entorpecentes nesta cidade de Guaíra, que atuava também em diversas outras cidades do Estado do Paraná e que agia como um verdadeiro "supermercado" de entorpecentes, "com a participação de pessoas de diversas cidades, bem como de detentos da PECO".

Inclusive, no dia 13.02.2017, nos autos n. 0000337-11.2017.8.16.0086 (em apenso) durante o curso da presente ação, o pedido de revogação da prisão preventiva formulado pela defesa do réu MARCELO GARCIA foi indeferido, uma vez que não havia nenhuma alteração do quadro fático que ensejou a decretação sua prisão cautelar.

Convém ressaltar, ainda, que na presente ação penal, MARCELO GARCIA não foi encontrado para ser citado pessoalmente (estava foragido), conforme certidão negativa de mov. 184.3, razão pela qual foi citado por edital, conforme mov. 209.1. Contudo, no dia 31.01.2017, ele constituiu defensor para patrocinar sua defesa nos autos (mov. 260.1), o que supriu a ausência de sua citação, nos termos do art. 570, do CPP (mov. 388.1) sendo que seu causídico, posteriormente, apresentou resposta à acusação o acompanha até a presente data.

No mais, conforme destacado pelo Parquet no mov. 1.661.1, o réu é multirreincidente, com condenações definitivas nos autos de ações penais ns. 0000038-37.2007.8.16.0069 (prática do crime previsto no art. 14, caput, da Lei 10.826/2003), 0000326-48.2008.8.16.0069 (prática do crime previsto no art. 14, caput, da Lei 10.826/2003) e 0001469-72.2008.8.16.0069 (prática dos crimes previstos nos arts. 33, caput, 35, caput e 40, III e VII, ambos da Lei de Drogas).

Como se não bastasse, foi condenado, recentemente, nos autos, n. 0015412-23.2017.8.16.0173, em trâmite na 1ª Vara Criminal de Umuarama/PR, pela prática do crime previsto no art. 304, do CP, à pena de 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão; e à pena de multa em 17 (dezessete) dias-multa, em regime fechado.

Assim, não é a primeira vez em que o réu se viu envolvido na prática de crimes, pelo contrário, nota-se que a prática de crimes por ele é corriqueira e um meio de vida, revelando-se a necessidade de acautelar o prestígio da Justiça e preservar a ordem pública, além de prevenir a reprodução de outros fatos criminosos.

Não custa rememorar que a prisão preventiva, quando decretada para assegurar a ordem pública, não viola o princípio do estado de inocência, porquanto em contrapartida aos interesses constitucionalmente assegurados ao acusado existem outros igualmente relevantes e tutelados pela Constituição da República, como a segurança pública, que, diante do conflito concreto de valores, deve exercer preponderância sobre aquele primeiro princípio.

Destaque-se, ademais, que, in casu, não é possível a substituição da prisão preventiva por nenhuma outra medida cautelar, dada as circunstâncias judiciais que o cercam, conforme exposto acima, sendo que qualquer medida

Superior Tribunal de Justiça

cautelar aplicada neste momento seria inócua.

Logo, impossível o Poder Judiciário fechar os olhos a presente situação particular, permitindo-se que um réu multirreincidente e condenado na presente ação penal a mais de 20 (vinte) anos de reclusão, por associação e tráfico de drogas, consiga a liberdade por um equívoco em um tópico contido na sentença condenatória de mov. 1.365.

A gravidade dos crimes e a condenação ora externada são suficientes para a manutenção da prisão preventiva do réu e não há elementos para alterar a convicção anteriormente já delineada quanto ao perigo que sua soltura representa.

Forte nessas razões, permanecesse a imprescindibilidade da manutenção da custódia para a garantia da ordem pública, razão pela qual DEFIRO o pedido do Parquet e mantenho a prisão preventiva do réu MARCELO GARCIA, para a garantia da ordem pública e para a aplicação da lei penal, razão pela qual TORNO SEM EFEITO a parte da r. sentença condenatória que concedeu ao réu o direito de apelar em liberdade.

Como se vê, em que pese o Juízo de origem ter ponderado a não localização do réu para citação e fatos não recentes ocorridos em 2016, calcados nas circunstâncias dos crimes, para justificar a nova decretação da prisão preventiva do paciente, foi também apontado fundamento idôneo, atual, com base no risco de reiteração delitiva, uma vez que o réu ***foi condenado, recentemente, nos autos, n. 0015412-23.2017.8.16.0173, em trâmite na 1ª Vara Criminal de Umuarama/PR, pela prática do crime previsto no art. 304, do CP, à pena de 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão; e a pena de multa em 17 (dezessete) dias-multa, em regime fechado (fl. 20).***

Cumprе destacar que, *Nos termos da orientação desta Corte, inquéritos policiais e processos penais em andamento, embora não possam exasperar a pena-base (Súmula 444/STJ), constituem indicativos de risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva para garantia da ordem pública* (RHC 84.703/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 25/8/2017).

Outrossim, esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para

Superior Tribunal de Justiça

justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Quanto à tese de ausência de contemporaneidade, nota-se que o ora paciente foi condenado em 20/2/2018 à pena de 20 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão. Em 13/6/2019, o Juízo *a quo* acolheu pedido do Ministério Público para decretar a prisão preventiva do paciente. Desse modo, verifica-se a atualidade dos fatos e fundamentos da prisão preventiva, razão pela qual não se constata os requisitos necessários à concessão da ordem.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator